

**Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.**

**Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024**

# **Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.**

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

## Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	9



**Shape the future  
with confidence**

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos acionistas e Administradores da  
**Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

### **Ênfase**

Chamamos atenção a nota explicativa n.º 2.7 às demonstrações contábeis, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Companhia a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.



**Shape the future  
with confidence**

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future  
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2025

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

  
Adilvo França Junior  
Contador CRC- 1BA021419/O

## TUCANO F1 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

### BALANÇO PATRIMONIAL Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
<b><u>ATIVO CIRCULANTE</u></b>				
Caixa e equivalentes de caixa	3	18.015	8.110	25.180
Contas a receber partes relacionadas		3.337	4.003	1.480
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		627	608	448
Outros tributos a recuperar		1	1	442
Outros ativos	4	856	12.639	16.121
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>22.836</b>	<b>25.361</b>	<b>43.671</b>
<b><u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>				
Cauções e depósitos vinculados		2.638	2.400	2.134
Outros ativos	4	112	112	112
Imobilizado, líquido	5	213.066	207.290	162.891
Intangível, líquido		126	308	4.062
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>215.942</b>	<b>210.110</b>	<b>169.199</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>238.778</b>	<b>235.471</b>	<b>212.870</b>
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>				
Fornecedores		5.605	1.247	2.869
Empréstimos e financiamentos	6	5.140	5.145	1.848
Passivo de arrendamento		54	49	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		334	120	22
Outros tributos a pagar		198	92	134
Dividendos a pagar		273	301	187
Outras obrigações	7	1.124	58	8.587
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>12.728</b>	<b>7.012</b>	<b>13.647</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>				
Empréstimos e financiamentos	6	90.781	96.855	87.337
Passivo de arrendamento		4.854	4.907	3.927
Tributos diferidos		-	430	496
Outras obrigações	7	2.270	2.538	2.068
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>97.905</b>	<b>104.730</b>	<b>93.828</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>				
Capital social subscrito e integralizado		108.259	108.259	95.894
Reserva de lucros		19.796	15.380	9.411
Dividendos adicionais propostos		90	90	90
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	8	<b>128.145</b>	<b>123.729</b>	<b>105.395</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>238.778</b>	<b>235.471</b>	<b>212.870</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TUCANO F1 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<b>Notas</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Receita operacional líquida	<b>9</b>	34.177	28.860
Custo de produção e operação de energia	<b>10</b>	(20.438)	(14.854)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>13.739</b>	<b>14.006</b>
Gerais e administrativas		(238)	(360)
Outras despesas operacionais		(50)	(5)
<b>TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(288)</b>	<b>(365)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>13.451</b>	<b>13.641</b>
Receitas financeiras		1.233	1.838
Despesas financeiras		(8.780)	(7.440)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>11</b>	<b>(7.547)</b>	<b>(5.602)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO</b>		<b>5.904</b>	<b>8.039</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.832)	(2.020)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		430	66
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO</b>	<b>12</b>	<b>(1.402)</b>	<b>(1.954)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>4.502</b>	<b>6.085</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TUCANO F1 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	4.502	6.085
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>4.502</b>	<b>6.085</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TUCANO F1 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>95.894</b>	<b>480</b>	<b>8.931</b>	<b>-</b>	<b>105.395</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.085	6.085
Aumento de capital		12.365	-	-	-	12.365
Constituição de reserva legal		-	304	-	(304)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	5.665	(5.665)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(116)	(116)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>8</b>	<b>108.259</b>	<b>784</b>	<b>14.596</b>	<b>-</b>	<b>123.729</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.502	4.502
Constituição de reserva legal		-	225	-	(225)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	4.191	(4.191)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(86)	(86)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>8</b>	<b>108.259</b>	<b>1.009</b>	<b>18.787</b>	<b>-</b>	<b>128.145</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## TUCANO F1 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	2024	2023
		(Reapresentado)
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro líquido do exercício	4.502	6.085
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	10 8.708	6.464
Variação monetária	6 e 11 -	527
Juros sobre passivo de arrendamento	11 453	133
Encargos financeiros de dívidas e amortização de custos de transação	6 e 11 7.375	6.689
Atualização da provisão para desmobilização	11 50	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	12 (430)	(66)
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	11 (267)	(282)
	<b>20.391</b>	<b>19.550</b>
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>	<b>19.227</b>	<b>(9.920)</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.413)	(633)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	6 (7.309)	(1.933)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(378)	(133)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>30.518</b>	<b>6.931</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	5 (14.356)	(43.889)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(14.356)</b>	<b>(43.889)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>		
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos (juros)	6 -	9.588
Custo de empréstimos e financiamentos (custos de transação e prêmios)	6 (1.001)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	6 (5.144)	(2.056)
Pagamentos de passivo de arrendamento (principal)	(27)	(25)
Dividendos pagos	(114)	-
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	29	16
Aumento de capital	-	12.365
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(6.257)</b>	<b>19.888</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>9.905</b>	<b>(17.070)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	8.110	25.180
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>18.015</b>	<b>8.110</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída 08 de outubro de 2019, com sede na Fazenda Canto Rico Quererá, na cidade de Tucano, Estado da Bahia, tem por objeto social a geração e o comércio atacadista de energia elétrica.

A Companhia é controlada diretamente pela Tucano Holding II S.A. e indiretamente pela Auren Energia S.A.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ("ANEEL"), Resolução Autorizada ("REA") conforme portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME") para comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"):

Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm (i)
ACL	REA 8825/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	7	43,4	19,0

- (i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.

### Comercialização de energia

Em 03 de setembro de 2020 a Companhia firmou um contrato de compra e venda de energia com a Auren Operações S.A. e em parceria com a Anglo American Níquel Brasil Ltda., para fornecimento de 70 MW médio pelo período de 15 anos, que deu início em fevereiro de 2023.

#### 1.1 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 24 de março de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

---

### 2.1 Declaração de conformidade

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### 2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Apesar do risco de *Constrained-off* mencionado na nota 13.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### 2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

### 2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis e resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

### 2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

### 2.7 Revisão de política contábil

A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

### 2.7 Revisão de política contábil--Continuação

As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, podem ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingindo assim a definição de equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou as para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

Em 1º de janeiro de 2023 foi reclassificado o valor de R\$25.117 e em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$8.039 da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”.

Adicionalmente, houve uma redução nas atividades operacionais no montante de R\$17.078, conforme demonstrado a seguir:

01/01/2023	Original	Reclassificação	Reapresentado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	63	25.117	25.180
Investimentos de curto prazo	25.117	(25.117)	-
Contas a partes relacionadas	1.480	-	1.480
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	448	-	448
Outros tributos a recuperar	442	-	442
Outros ativos	16.121	-	16.121
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>43.671</b>	<b>-</b>	<b>43.671</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Cauções e depósitos vinculados	2.134	-	2.134
Outros ativos	112	-	112
Imobilizado, líquido	162.891	-	162.891
Intangível, líquido	4.062	-	4.062
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>169.199</b>	<b>-</b>	<b>169.199</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>212.870</b>	<b>-</b>	<b>212.870</b>

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

### 2.7 Revisão de política contábil--Continuação

31/12/2023	Original	Reclassificação	Reapresentado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	71	8.039	8.110
Investimentos de curto prazo	8.039	(8.039)	-
Contas a partes relacionadas	4.003	-	4.003
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	608	-	608
Outros tributos a recuperar	1	-	1
Outros ativos	12.639	-	12.639
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>25.361</b>	<b>-</b>	<b>25.361</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Cauções e depósitos vinculados	2.400	-	2.400
Outros ativos	112	-	112
Imobilizado, líquido	207.290	-	207.290
Intangível, líquido	308	-	308
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>210.110</b>	<b>-</b>	<b>210.110</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>235.471</b>	<b>-</b>	<b>235.471</b>

  

31/12/2023	Tucano F1		
	Original	Reclassificação	Reapresentação
<b>Atividades operacionais:</b>			
Lucro líquido do exercício	6.085	-	6.085
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>			
Depreciação e amortização	6.464	-	6.464
Atualização monetária	527	-	527
Juros sobre arrendamento	133	-	133
Encargos financeiros de dívidas	6.689	-	6.689
Tributos e contribuições sociais diferidos	(66)	-	(66)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(1.550)	1.550	-
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	(282)	-	(282)
	<b>18.000</b>	<b>1.550</b>	<b>19.550</b>
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>	<b>(10.232)</b>	<b>312</b>	<b>(9.920)</b>
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	3.117	(3.117)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(633)	-	(633)
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(1.933)	-	(1.933)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(133)	-	(133)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	15.823	(15.823)	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>24.009</b>	<b>(17.078)</b>	<b>6.931</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(43.889)	-	(43.889)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos</b>	<b>(43.889)</b>	<b>-</b>	<b>(43.889)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>			
Ingressos de novos empréstimos	9.588	-	9.588
Pagamento de empréstimos (principal)	(2.056)	-	(2.056)
Pagamentos de arrendamentos (principal)	(25)	-	(25)
Aumento de capital	12.365	-	12.365
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	16	-	16
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>19.888</b>	<b>-</b>	<b>19.888</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8</b>	<b>(17.078)</b>	<b>(17.070)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	63	25.117	25.180
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>71</b>	<b>8.039</b>	<b>8.110</b>

### 3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs e Quotas de fundos de investimento são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Numerário disponível	464	71	63
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	12.402	8.039	25.117
Quotas de fundos de investimento (a)	5.149	-	-
<b>Total</b>	<b>18.015</b>	<b>8.110</b>	<b>25.180</b>

(a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

Os Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e Quotas de fundo de investimento em 31 de dezembro de 2024 possuem liquidez diária e com rentabilidade média de 99,37% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,63% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

### 4 OUTROS ATIVOS

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
Multas por atrasos (i)	-	12.479
Almoxarifado	399	160
Despesas pagas antecipadamente	272	-
Seguros a receber	185	-
<b>Subtotal</b>	<b>856</b>	<b>12.639</b>
<b>Não circulante</b>		
Outros	112	112
<b>Subtotal</b>	<b>112</b>	<b>112</b>
<b>Total</b>	<b>968</b>	<b>12.751</b>

(i) Referem-se a multas previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

### 5 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

## 5 IMOBILIZADO--Continuação

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subseqüentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

### (a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2024			2023	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,35%	20.269	(1.226)	19.043	25.975
Máquinas e equipamentos	4,07%	201.427	(14.328)	187.099	176.999
Móveis e utensílios e outros	6,86%	20	(4)	16	-
Veículos	14,28%	749	(177)	572	976
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>222.465</b>	<b>(15.735)</b>	<b>206.730</b>	<b>203.950</b>
Imobilizado em curso (i)		3.220	-	3.220	-
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>225.685</b>	<b>(15.735)</b>	<b>209.950</b>	<b>203.950</b>
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,33%	3.631	(515)	3.116	3.340
<b>Total Imobilizado</b>		<b>229.316</b>	<b>(16.250)</b>	<b>213.066</b>	<b>207.290</b>

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Eólico Tucano, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu os ativos de direito de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%.

## 5 IMOBILIZADO--Continuação

### (a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte: --Continuação

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

### (b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização e custos socioambientais	Transferências / Reclassificações (I)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	26.006	-	-	-	(5.737)	20.269
Máquinas e equipamentos	184.054	-	-	34	17.339	201.427
Móveis e utensílios e outros	-	-	-	-	20	20
Veículos	1.044	-	-	-	(295)	749
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>211.104</b>	-	-	<b>34</b>	<b>11.327</b>	<b>222.465</b>
Imobilizado em curso	-	14.356	-	-	(11.136)	3.220
<b>Bens vinculados à concessão e autorizações</b>	<b>211.104</b>	<b>14.356</b>	-	<b>34</b>	<b>191</b>	<b>225.685</b>
Direito de uso de terreno arrendado	3.728	-	(97)	-	-	3.631
<b>Subtotal</b>	<b>214.832</b>	<b>14.356</b>	<b>(97)</b>	<b>34</b>	<b>191</b>	<b>229.316</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(7.542)	(8.709)	-	-	1	(16.250)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>207.290</b>	<b>5.647</b>	<b>(97)</b>	<b>34</b>	<b>192</b>	<b>213.066</b>

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização	Transferências (I)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.419	-	-	-	20.587	26.006
Máquinas e equipamentos	5.336	-	-	2.195	176.523	184.054
Veículos	417	-	-	-	627	1.044
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>11.172</b>	-	-	<b>2.195</b>	<b>197.737</b>	<b>211.104</b>
Imobilizado em curso	149.890	43.889	-	-	(193.779)	-
<b>Bens vinculados à concessão e autorizações</b>	<b>161.062</b>	<b>43.889</b>	-	<b>2.195</b>	<b>3.958</b>	<b>211.104</b>
Direito de uso de terreno arrendado	2.855	-	873	-	-	3.728
<b>Subtotal</b>	<b>163.917</b>	<b>43.889</b>	<b>873</b>	<b>2.195</b>	<b>3.958</b>	<b>214.832</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(1.026)	(6.464)	(64)	-	12	(7.542)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>162.891</b>	<b>37.425</b>	<b>809</b>	<b>2.195</b>	<b>3.970</b>	<b>207.290</b>

- (i) Os montantes de transferências e reclassificações são referentes às unitizações ocorridas após o término do período de construção, através da emissão de laudo final emitido por consultoria especializada contratada. Estas reclassificações são necessárias para uma correta apresentação dos custos de imobilizado. O montante final de R\$192 refere-se às transferências ocorridas do Intangível para o Imobilizado.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### 6.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Vencimento	Taxa efetiva	2024									
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante	
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total		
Banco do Nordeste do Brasil - (BNB)	2045	IPCA + 2,26%	4.551	706	(117)	5.140	84.609	7.718	(1.546)	90.781	95.921
<b>Total de Empréstimos e financiamentos</b>			<b>4.551</b>	<b>706</b>	<b>(117)</b>	<b>5.140</b>	<b>84.609</b>	<b>7.718</b>	<b>(1.546)</b>	<b>90.781</b>	<b>95.921</b>

## 6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS--Continuação

### 6.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma: --Continuação

	2023										
	Circulante					Não Circulante					Total circulante + não circulante
	Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total	
Banco do Nordeste do Brasil - ("BNB")	2045	IPCA + 2,26%	4.714	479	(48)	5.145	89.160	8.380	(685)	96.855	102.000
<b>Total de Empréstimos e financiamentos</b>			<b>4.714</b>	<b>479</b>	<b>(48)</b>	<b>5.145</b>	<b>89.160</b>	<b>8.380</b>	<b>(685)</b>	<b>96.855</b>	<b>102.000</b>

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

### 6.2 A movimentação da dívida é como segue:

	Financiamentos
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>89.185</b>
Ingressos	9.588
Encargos financeiros	6.641
Variação monetária	527
Pagamento de principal	(2.056)
Pagamento de encargos financeiros	(1.933)
Amortização dos custos de transação	48
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>102.000</b>
Encargos financeiros	7.305
Pagamento de principal	(5.144)
Pagamento de encargos financeiros	(7.309)
Diferimento dos custos de transação	(1.001)
Amortização dos custos de transação	70
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>95.921</b>

### 6.3 Características da dívida

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
BNB	86.304	Julho de 2021	IPCA + 2,26%	Mensal (a partir de agosto de 2023)	Mensal (a partir de agosto de 2023)	95.921	Julho/2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II

### 6.4 Parcelas relativas ao principal de empréstimos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Empréstimos	Encargos	Custos de transação	Total
2026	4.653	424	(116)	4.961
2027	4.854	443	(114)	5.183
2028	5.065	462	(112)	5.415
2029	5.161	471	(108)	5.524
2030	5.284	482	(103)	5.663
2031 em diante	59.592	5.436	(993)	64.035
<b>Total</b>	<b>84.609</b>	<b>7.718</b>	<b>(1.546)</b>	<b>90.781</b>

## 6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS--Continuação

### 6.5 Compromissos financeiros - “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Objetivo	Covenant
----------	----------

Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. ICSD:  $\geq 1,1x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

## 7 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
Centralização de Estoque	925	58
Outros	199	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.124</b>	<b>58</b>
<b>Não circulante</b>		
Retenções contratuais	-	52
Meio ambiente	1.836	1.591
Desmobilização	434	386
Outros	-	509
<b>Subtotal</b>	<b>2.270</b>	<b>2.538</b>
<b>Total</b>	<b>3.394</b>	<b>2.596</b>

## 8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 8.1 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

	2024	2023
Ordinárias	Ordinárias	
Quantidade	Quantidade	
<b>Acionistas</b>		
Tucano Holding II S.A.	108.258.798	108.258.798
<b>Total das ações ordinárias</b>	<b>108.258.798</b>	<b>108.258.798</b>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$108.259, composto por 108.258.798 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

## **8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO--Continuação**

---

### **8.2 RESERVAS DE LUCROS**

Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$225 (R\$304 em 31 de dezembro de 2023), através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societários. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social.

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá estar justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2024. A Companhia constituiu R\$4.191 (R\$5.665 em 31 de dezembro de 2023) a título de reserva de investimentos.

### **8.3 DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou R\$86 (R\$116 em 31 de dezembro de 2023) a título de dividendos mínimos obrigatórios.

## **9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

---

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

### **(a) Receita de suprimento de energia elétrica**

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

### **(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE**

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

## 9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA--Continuação

### (b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE--Continuação

	2024	2023
Contratos Bilaterais	1.079	-
Mercado de curto prazo	77	1.535
Partes relacionadas	30.923	15.165
Lucro cessante (i)	3.358	13.141
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>35.437</b>	<b>29.841</b>
(-) PIS e COFINS	(1.260)	(981)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>34.177</b>	<b>28.860</b>

- (i) Refere-se a multa previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

## 10 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2024	2023
<b>Custo da produção de energia elétrica</b>		
Mercado de curto prazo	(1.086)	(1.729)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(2.618)	(2.498)
Taxa de fiscalização ANEEL	(355)	(4)
<b>Subtotal</b>	<b>(4.059)</b>	<b>(4.231)</b>
<b>Custo da operação</b>		
Serviços de terceiros	(6.640)	(3.981)
Material	(210)	(160)
Depreciação e amortização	(8.708)	(6.464)
Seguros	(764)	(1)
Arrendamentos e aluguéis	(4)	(7)
Contribuições setoriais	(45)	-
Outras receitas (custos) operacionais	(8)	(10)
<b>Subtotal</b>	<b>(16.379)</b>	<b>(10.623)</b>
<b>Total</b>	<b>(20.438)</b>	<b>(14.854)</b>

## 11 RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	966	1.550
Rendimento de cauções e depósitos vinculados	267	282
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	-	5
Outras receitas financeiras	-	1
<b>Subtotal</b>	<b>1.233</b>	<b>1.838</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos de dívidas e amortização dos custos de transação	(7.375)	(6.689)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	-	(527)
Atualização monetária de desmobilização	(50)	-
Juros sobre arrendamento	(453)	(133)
Tarifas e encargos bancários	(90)	-
Outras despesas financeiras	(812)	(91)
<b>Subtotal</b>	<b>(8.780)</b>	<b>(7.440)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(7.547)</b>	<b>(5.602)</b>

## 12 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional tributável	48.469	29.027	48.469	29.027
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	3.878	2.322	5.816	3.483
Outros ajustes	1.067	3.382	1.067	3.382
Base de cálculo	4.945	5.704	6.883	6.865
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(742)	(856)	(619)	(618)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	(471)	(546)	-	-
IRPJ e CSLL corrente	(1.213)	(1.402)	(619)	(618)
IRPJ e CSLL diferido	279	43	151	23
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>(934)</b>	<b>(1.359)</b>	<b>(468)</b>	<b>(595)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>18,9%</b>	<b>23,8%</b>	<b>6,8%</b>	<b>8,7%</b>

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

### 13.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 13.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2024		2023		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Numerário disponível	3	464	464	71	71	Custo amortizado
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	3	12.402	12.402	8.039	8.039	Valor justo por meio do resultado
Quotas de fundos de investimento	3	5.149	5.149	-	-	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados		2.638	2.638	2.400	2.400	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>20.653</b>	<b>20.653</b>	<b>10.510</b>	<b>10.510</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores		5.605	5.605	1.247	1.247	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	6	95.921	95.921	102.000	102.000	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		4.908	4.908	4.956	4.956	Custo amortizado
Dividendos a pagar		273	273	301	301	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>106.707</b>	<b>106.707</b>	<b>108.504</b>	<b>108.504</b>	

### 13.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

##### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa.

##### Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

#### (b.1) Risco de crédito--Continuação

##### Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	18.015	8.110
Cauções e depósitos vinculados	2.638	2.400
<b>Total</b>	<b>20.653</b>	<b>10.510</b>

#### (b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia controla também monitorando constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	95.921	102.000
Caixa e equivalentes de caixa	(18.015)	(8.110)
Garantia de financiamento	(2.638)	(2.400)
<b>Dívida líquida</b>	<b>75.268</b>	<b>91.490</b>
Patrimônio líquido	128.145	123.729
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>58,74%</b>	<b>73,94%</b>

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia monitora sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 6.5.

#### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

#### (b.3) Risco de liquidez--Continuação

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, esses valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 6. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	5.605	-	-	-	-	5.605	1.247
Empréstimos, financiamentos	3.587	10.620	27.402	40.886	112.921	195.416	168.136
Passivo de arrendamento	14	42	62	309	4.678	5.105	5.131
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	301
<b>Total</b>	<b>9.206</b>	<b>10.662</b>	<b>27.464</b>	<b>41.195</b>	<b>117.599</b>	<b>206.126</b>	<b>174.815</b>

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2024.

#### (b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (CDBs ,Operação compromissada e Quotas de fundos de investimento)	17.551	8.039
Empréstimos e financiamentos	(97.584)	(102.733)
<b>Total</b>	<b>(80.033)</b>	<b>(94.694)</b>

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e não contemplam os saldos de custo de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

#### **Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

#### (b.4) Riscos de taxas de juros--Continuação

##### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros--Continuação

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e dívidas.

Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	12.402	862	1.294	1.724	2.155	2.586
Quotas de fundos de investimento	CDI	5.149	358	537	716	895	1.074
<b>Impacto no resultado</b>			<b>1.220</b>	<b>1.831</b>	<b>2.440</b>	<b>3.050</b>	<b>3.659</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>1.220</b>	<b>1.831</b>	<b>2.440</b>	<b>3.050</b>	<b>3.659</b>

  

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
BNB	IPCA	(97.584)	(4.700)	(5.948)	(7.195)	(8.442)	(9.690)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(4.700)</b>	<b>(5.948)</b>	<b>(7.195)</b>	<b>(8.442)</b>	<b>(9.690)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(4.700)</b>	<b>(5.948)</b>	<b>(7.195)</b>	<b>(8.442)</b>	<b>(9.690)</b>

Os montantes relacionados às Dívidas apresentados na tabela acima não contemplam os saldos de custo de transação.

#### (b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contrato de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente acompanhados pela Administração. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

### (c) Outros riscos considerados relevantes

#### (c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

**(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação**

**(c.1) Risco socioambiental--Continuação**

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo Auren é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

**(c.2) Risco em renováveis não-hídricas**

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O constrained-off é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do constrained-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do constrained-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do constrained-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por constrained-off.

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

**Constrained-off de usinas eólicas--Continuação**

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por constrained-off e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por constrained-off para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.